



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 17/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de (Materiais de Consumo – Farmacológicos), com fundamento no art.75, caput, inciso II, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Do detalhamento básico e das especificações técnicas, farmacolócias e quantidades que compõem a solução, in verbis:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário Estimado	Valor total Por Item
1	Amoxicilina+clavulanato Amoxicilina / clavulanato 500 mg / 125 mg, comprimido, Com validade mínima remanescente de 18 meses	Comprimido	1200	3,22	R\$ 3.864,00
2	Lactobacillus (20BI) Lactobacillus acidophilus NCFM, Lactobacillus paracasei Lpc-37, Bifidobacterium lactis BI-04, Bifidobacterium lactis Bi-07 e Bifidobacterium bifidumBb-02, estabilizante celulose microcristalina e antiumectante dióxido de silício. 1 capsula contém	Comprimido	200	7,04	R\$ 1.408,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário Estimado	Valor total Por Item
	2 x 10 ¹⁰ (20 bilhões) microrganismos probióticos, cápsulas. Com validade mínima remanescente de 18 meses.				
3	Acetilcisteína Acetilcisteína 20mg/ml xarope, frasco com 120 ml, Com validade mínima remanescente de 18 meses	Frasco	80	18,29	R\$ 1463,20
4	Cloreto de cetilpiridínio+benzocaína Cloreto de cetilpiridínio 1,446 + benzocaína 10mg, pastilha. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Pastilha	1200	0,75	R\$ 900,00
5	Gel escina+dietilamônio Gel com 10 mg/g (escina) + 50 mg/g (salicilato de dietilamônio). Bisnagas com 30 g. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Tubo	60	32,66	R\$ 1959,60
6	Complexo homeopático (Almeida Prado 46) Complexo Homeopático Almeida Prado nº46, comprimidos, Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	100	0,49	R\$ 49,00
7	Hidróxido de alumínio+simeticona Hidróxido de alumínio 37mg/ml+hidróxido de magnésio 40 mg/ml + simeticona 5mg/ml, com sabor, sem açúcar, suspensão oral, frasco com 240 ml. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Frasco	100	23,89	R\$ 2.389



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário Estimado	Valor total Por Item
8	Vitamina C Ácido ascórbico - 1g - comprimidos efervescentes. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	2000	0,85	R\$ 1,700
9	Vitamina D Vitamina d3 500000.Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses	Comprimido	2000	13,43	R\$ 26.860
10	Enfervecete (Eno) Antiácido efervescente- bicarbonato de sódio, associado com ácido cítrico e carbonato de sódio, 2,30 g + 2,20 g + 0,50 g, pó efervescente, sachê com 5g. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Envelope	2000	3,66	R\$ 7.320
11	Coristina D (ácido acetilsalicílico400mg + maleato de dexclorfeniramina1 mg + cloridrato de fenilefrina 10mg+ cafeína 30mg.Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	160	2,02	R\$ 323,20
12	Simeticona Simeticona 125 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	80	0,57	R\$ 45,60
13	Loratadina Loratadina 10 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	1200	0,83	R\$ 996,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário Estimado	Valor total Por Item
14	Colírio Lubrificante (Ecofilm) ácido bórico, cloreto de cálcio di-hidratado, cloreto de magnésio hexahidratado, cloreto de potássio, cloreto de sódio, bicarbonato de sódio, citrato de sódio di-hidratado, perborato de sódio, ácido clorídrico e/ou hidróxido de sódio para ajuste do pH e água purificada.frasco de 15ml. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Frasco	10	49,56	R\$ 495,60
15	Paracetamol Paracetamol 750mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	600	0,31	R\$ 186,00
16	Ivermectina Ivermectina 6mg Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	200	4,39	R\$ 878,00
17	Nitazoxanida Nitazoxanida 500mg. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	100	3,53	R\$ 353,00
18	Desonida Desonida 0,5 mg creme, 30 mg, tubo. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Tubo	60	16,72	R\$ 1.003,20
19	Clotrimazol Clotrimazol 10mg/g, creme dermatológico 20 g, tubo. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Tubo	30	9,19	R\$ 275,70



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário Estimado	Valor total Por Item
20	Sulfadiazina de prata Sulfadiazina de prata 10 mg/g bisnaga com 30g. Com validade mínima remanescente de 18 meses	Tubo	100	13,35	R\$ 1.335,00
21	Nimesulida Nimesulida 100 mg, comprimidos dispersíveis. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	720	0,77	R\$ 554,40
22	Soro de Reidratatação Oral Sais para reidratação oral, pó, composto por: cloreto sódio 3,5g + glicose 20g, + citrato de sódio 2,9g + cloreto de potássio 1,5g, para 1.000ml de solução pronta, segundo padrão oms, sachê com 27,9g. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Envelope	100	4,79	R\$ 479,00
23	Diosmina + Hesperidina Diosmina 450 mg e flavonoides (expressos em hesperidina) 50 mg (lactose, povidona, hipromelose, macrogol, talco, amidoglicolato de sódio, laurilsulfato de sódio, dióxido de titânio, estearato de magnésio, corante óxido de ferro amarelo, corante óxido de ferro vermelho, álcool etílico e água purificada) 30 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	300	1,61	R\$ 483,00
24	Dexametasona Dexametasona + sulfato de neomicina + sulfato de polimixina b 1mg/ml + 5mg/ml + 6000UI/ml, suspensão oftálmica ,	Frasco	3	13,99	R\$ 41,97



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário Estimado	Valor total Por Item
	frasco com 5ml.Com validade mínima remanescente de 18 meses				
25	Colírio de Ciprofloxicina Cloridrato de ciprofloxacino solução oftamológica3,5mg/ml, frasco com 5 ml.Com validade mínima remanescente de 18 meses	Frasco	10	14,45	R\$ 144,50
26	Furosemida Furosemida 40mg Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	40	0,23	R\$ 9,20
27	Captopril Captopril 25 mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	60	0,09	R\$ 5,40
28	Ciprofloxacina Cloridrato de ciprofloxacino monoidratado*comprimido de 500mg Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	280	1,71	R\$ 478,80
29	Ondansetrona Cloridrato de ondansetrona 4mg, comprimido. Com validade mínima remanescente de 18 meses.	Comprimido	60	1,62	R\$ 97,20



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nota explicativa: Valor total da Contratação obtido por meio da multiplicação da quantidade a ser contratada vezes a média obtida na pesquisa de preços.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme evento [0936244](#).

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Fundamentação:

3.1.1 A aquisição de materiais farmacológicos é essencial à continuidade da prestação de assistência aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a Resolução nº 03 de 31 de março de 2015, art. 3º, in verbis:

I – assistência médica voltada ao atendimento ambulatorial, pronto-atendimento, pequenas urgências, perícias, licenças médicas e exames periódicos;

III – fornecimento de medicação básica relativa ao pronto atendimento.

3.1.2 Nessa esteira, a Seção de Assistência Médica e Social tem por função exercer todas as atividades relacionadas ao atendimento médico, odontológico e social dos servidores e seus dependentes, membros do Tribunal e servidores à disposição da Justiça Eleitoral. Tal fato constitui-se em demonstração inequívoca da importância concedida pelo Tribunal ao cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Inclusive, tal preocupação foi ratificada no Planejamento Estratégico 2021-2026 da corte quando definiu que dentre os seus objetivos estratégicos está o "**aperfeiçoamento da gestão de pessoas**". A aquisição



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ora pretendida vai justamente ao encontro do referido objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na ampliação e na qualidade do atendimento que é hoje prestado por esta Seção.

3.3.1 Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.3.2 Documento de Formalização da Demanda; ([0967350](#))

3.3.3 Estudos Técnicos Preliminares, se houver; (Não se aplica)

3.3.4 Mapa de Riscos, se houver: (Não se aplica)

Justificativa para não aplicação:

Nos termos do §3º ao art. 3º a Instrução Normativa 09/2022 deste Tribunal ([0917187](#)), a elaboração de "Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação", "Estudo Técnico Preliminar" e "Mapa da Riscos" é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

Desta feita, não vislumbrou-se a necessidade de formação de equipe de planejamento ou elaboração de estudos técnicos e mapas de risco para o referido objeto, visto que tais providências demandariam um custo processual elevado para uma contratação eivada de reduzida complexidade. Sendo assim, forçoso concluir que o esforço conjunto empreendido para a execução das tarefas supracitadas seria mais oneroso que a própria aquisição do objeto em epígrafe, caminhando ao desencontro dos Princípios da razoabilidade, proporcionalidade e formalismo moderado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1 As especificações técnicas e farmacológicas, além dos quantitativos e prazos de validade dos medicamentos que assim necessitam, já foram pormenorizadamente definidas no **item 1.2**. O descarte dos medicamentos será realizado atendendo aos respectivos normativos ambientais e regulamentares sobre o tema.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme já justificado nos autos do presente processo, a presente aquisição não possui ETP em razão da baixa complexidade da aquisição. No entanto, os critérios de seleção do fornecedor e os referidos requisitos estão previstos no item 14 do presente termo.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis indicadas no item 16 do ETP da contratação?

(X) Não.

Justificativa:

Conforme já justificado nos autos do presente processo, a presente aquisição não possui ETP. Contudo, considerando que a promoção da sustentabilidade ambiental é dever todos e diretriz no âmbito do poder judiciário. Considerando os critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a CONTRATADA deverá, quando da entrega do objeto:

a. Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b. Dar preferência para produtos com componentes recicláveis, constituídos no todo ou em parte por materiais confeccionados com insumos reciclados, atóxicos e biodegradáveis, assim como as embalagens em que os produtos são entregues, preferencialmente, que sejam confeccionadas em 100% com material reciclado, desde que não comprometa a integridade do produto;

6.2 Considerando ainda o Decreto n. 7746/2012, de 05/06/2012, deverá ainda a Contratada atender, no que couber, aos critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outras:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como a flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições:

7.1.1 Os produtos fornecidos deverão ser entregues no prazo máximo de no prazo máximo de **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho.

7.1.2 A entrega dos fármacos deverá ser realizada na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901, mediante prévio agendamento, observando ainda o previsto no item 9.3 a 9.13 do presente termo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.2 Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;

7.2.6 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

7.2.11 Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

7.2.12 Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.12.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.12.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.2.12.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.2.12.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.12.5 Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

7.2.12.6 Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

7.2.12.7 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.12.7 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.2.13 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.3.2 Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

7.3.3 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.3.4 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.5 substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.6 recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

7.3.7 expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos medicamentos recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos medicamentos que lhe foram empenhados;

7.3.8 na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos medicamentos recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos medicamentos recusados da forma que melhor lhe convier, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Não será exigida indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Justificativa para não aplicação:

Nos termos do §3º ao art. 3º a Instrução Normativa 09/2022 deste Tribunal ([0917187](#)), a elaboração de "Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação", "Estudo Técnico Preliminar" e "Mapa da Riscos" é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

Desta feita, no que concerne à equipe de gestão e fiscalização, opinamos pela não necessidade, visto que com o recebimento do definitivo do objeto já será possível a verificação da compatibilidade entre o fornecido pela empresa a ser contratada e o solicitado por esta seção.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, inciso I e II, da Lei 14.133 de primeiro de abril de 2021, considerando ainda o previsto no item **7.1.1**.

9.2 Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá atender a todos os critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais, além das declarações previstas em lei.

9.3 Incumbirá à administração:

9.4 efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Medicamentos emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO,

9.5 O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

9.6 efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Medicamentos emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

9.7 recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os medicamentos entregues em que se tenha constatado:

9.8 produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

9.9 produtos em embalagem não original do fabricante;

9.10 produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

9.11 produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de acondicionamento;

9.12 produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

9.13 produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

10. REAJUSTE CONTRATUAL

10.1 Nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, não haverá instrumento contratual, in verbis:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$56.097,57**.

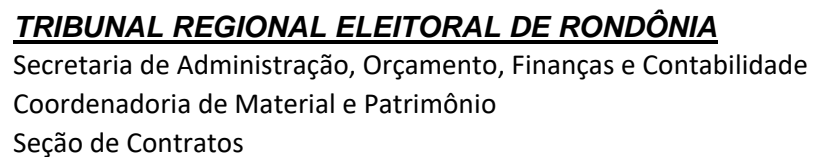
11.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento [0981157](#).

11.2 Em que pese a presente contratação possuir como fundamento o inciso II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, a estimativa de preços não será realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s)¹ (R\$)
Ordinário	Material de Consumo Farmacológico	ADM MATMAN	R\$56.097,57	R\$ 0,0



Total por exercício financeiro R\$56.097,57

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO

Dispensa de Licitação:

(x) por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica;

() Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR:

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

() Menor preço global

(x) Menor preço por item



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

() Maior desconto

() Outro:

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 A presente contratação amolda-se à regra do art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, pois trata-se de contratação para entrega imediata.

14.2. Com fulcro também no art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, serão exigidos dos licitantes os documentos relacionados à **habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista** previstos no Art.66 e Art. 68 da Lei n. 14.133/2021, in verbis:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

14.3. As empresas deverão ainda apresentar, nos termos da Resolução Anvisa n. 16, de 1º de abril de 2014 e alterações posteriores, sob pena de inabilitação, a comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pelo referido órgão regulador.

14.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira não serão exigidos.

Justificativa:

Com fulcro na permissividade legal constante do art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, e, considerando ainda a baixa complexidade da presente aquisição, na esteira das justificativas anteriores, opta-se pela não exigência.

14.5. Considerando que o valor estimado dos itens para a contratação pretendida, individualmente, não excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto Federal nº 8.538/2015."

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

15.1.1 Advertência: pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - dar causa à inexecução total do contrato;
- III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO**, Técnico Judiciário, em 27/02/2023, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda**, Analista Judiciário, em 27/02/2023, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0981158** e o código CRC **4F7FF510**.

0000124-18.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0000124-18.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: Análise final – Dispensa eletrônica n. 5/2023 - Aquisição de **materiais de consumo farmacológicos** - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 51 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. rata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES da SGP, que tem como objeto a contratação direta, para o exercício de 2023 de pessoa jurídica especializada no fornecimento de **materiais de consumo – farmacológicos**. No Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 2/2023, a unidade define os contornos gerais da contratação com dispensa de licitação em razão do valor ([0967350](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 34/2023 ([0983682](#)), concluiu:

a) pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/202** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022) **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

Conforme já apontado no **item 6 deste parecer**, a programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada ao processo no evento [0976578](#), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

Contudo, o valor sofreu um pequeno ajuste, conforme informado no evento [0981188](#), de R\$ 56.071,93 para R\$ 56.097,57). Assim, caso entenda necessário, poderá o titular da SAOFC determinar a complementação da programação.

c) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG** ([0926736](#)), situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21).

28. Na forma do art. 4º da Lei n. 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC n. 123/2006, **a unidade demandante - SAMES informou que a dispensa será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME n. 67/2021).

29. Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Pelo Despacho n. 456/2023 ([0983752](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se **favorável** a contratação por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA** e encaminhou o processo à **COFC** para proceder à complementação da programação orçamentária, conforme informado no evento [0981188](#), de R\$ 56.071,93 para R\$ 56.097,57 - efetivamente juntada no processo no evento [0984349](#) - e à **ASLIC** para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com [item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022](#).

04. A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 05/2023 ([0985983](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento [0985988](#).

05. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema SIASGNET ([0985988](#));

b) relatório de propostas extraído do Portal Compras.gov.br ([0988457](#));

c) documentos de habilitação das 3 empresas ofertantes dos melhores preços ([0988464](#), [0988472](#) e [0988475](#)).

06. Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 006/2023, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([0984598](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0984610](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas (página 9-14 do evento [0985988](#)).

08. Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) propostas comerciais:

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([0988457](#)).

c) Item deserto: Não houve;

d) Cancelados na Aceitação: Não houve;

e) Aceitação/negociação:

De acordo com o relatório de propostas extraído do sistema ([0988457](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0988526](#)), definiu-se os 3 ofertantes dos menores preços.

Desse conjunto, verifica-se a inabilitação da participante **ANA CAROLINA MARTINS BARROS** - CNPJ: 48.077.702/0001-08 pelo não atendimento ao **item 3.1 do Anexo I ao Termo de Referência**, também Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica, qual seja, a apresentação, nos termos da Resolução Anvisa n. 16, de 1º de abril de 2014, da **comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE)** expedida pelo referido órgão regulador, ensejando a inabilitação pela aplicação da regra contida o item 7.9 do ADE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Restaram as seguintes cotantes:

I - ESSENCIAL - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ 21.330.796/0001-10, que ofertou os menores preços para os seguintes itens: **01 a 06; 08 a 15; 18; 20 a 29** e que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados no evento ([0988472](#));

II - SAMAX EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ 44.199.660/0001-19, que ofertou os menores preços para os seguintes itens: **07; 17; 19** e que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados no evento ([0988475](#)).

ANÁLISE: As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação demonstram a aplicação objetiva do critério para aceitação das proposta pelo menor preço ofertado e dos critérios de habilitação das participantes, ambos definidos no ADE.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 5/2023 foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação, sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

III – CONCLUSÃO

09. Por todo o exposto, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 34/2023 ([0983682](#)), esta Assessoria Jurídica opina:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

II - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 5/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([0988457](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0988526](#)), **para adjudicação do seu objeto às seguintes cotantes:**

i. ESSENCIAL - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ 21.330.796/0001-10, cotante dos menores preços para os seguintes itens: **01 a 06; 08 a 15; 18; 20 a 29** e devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([0988472](#));

ii. SAMAX EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ 44.199.660/0001-19, cotante dos menores preços para os seguintes itens: **07; 17; 19** e devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([0988475](#));

Foram apontado no **item 6** do Parecer Jurídico n. 34/2023 que a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento [0976578](#) e, depois, complementada por determinação do titular da SAOFC ([0983752](#)) por meio do documento juntado no evento [0984349](#).

III - pela **homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021

10. Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao **senhor Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 21/03/2023, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0990124** e o código CRC **F3B62BCE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL - SAMES

ASSUNTO: Homologação da Dispensa Eletrônica n. 5/2023 - Aquisição de materiais de consumo farmacológicos.

DESPACHO Nº 277 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, que visa à contratação direta, para o exercício de 2023 de pessoa jurídica especializada no fornecimento de materiais de consumo – farmacológicos.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final da contratação pretendida processada via Dispensa Eletrônica, identificada sob o número 5/2023 ([0988526](#)) com vistas à adjudicação e homologação do procedimento e providências subsequentes.

Compulsando os autos, verifica-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas (página 9-14 do evento n. [0985988](#)).

Registra-se que a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento n. [0976578](#) e, depois, complementada por determinação do titular da SAOFC ([0983752](#)), por meio do documento juntado no evento n. [0984349](#).

O agente de contratação trouxe aos autos relatório de propostas ([0988457](#)) e, ao final, juntou o Relatório n. 6/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0988526](#)), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No dia e horário agendados, o agente de contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, a unidade demandante manifestou-se pelo atendimento das especificações técnicas da solução cotada pelas empresas ESSENCIAL - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ n. 21.330.796/0001-10, que ofertou os menores preços para os seguintes itens 01 a 06; 08 a 15; 18; 20 a 29; e SAMAX EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ n. 44.199.660/0001-19, que ofertou os menores preços para os seguintes itens: 07; 17; 19. Dessa forma, as respectivas propostas foram aceitas pelo agente de contratação ([0988526](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 5/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([0988457](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0988526](#)), para adjudicação do seu objeto às referidas cotantes, e, via de consequência, pela homologação do certame pela autoridade competente, nos termos do Parecer Jurídico n. 51 ([0990124](#)).

Constata-se, ainda, que no procedimento foram obedecidos os princípios e as determinações da Lei n. 14.133/21, da legislação correlata à dispensa eletrônica e, ainda, as disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no curso da tramitação do presente feito.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) APROVO o Documento de formalização da Demanda 2 ([0967350](#)) e o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 17/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES** ([0981158](#)), por ter os requisitos exigidos no **item XXIII do art. 6º, da Lei n. 13.144/2021**, na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **APROVO** o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0988255](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015, alterado pela Portaria 57, de 7 de março de 2023, e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

c) **ADJUDICO o objeto da dispensa às seguintes empresas**, já que demonstradas nos autos condições para contratação com o setor público:

i. **ESSENCIAL - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA** - CNPJ n. 21.330.796/0001-10, cotante dos menores preços para os seguintes itens: 01 a 06; 08 a 15; 18; 20 a 29 ([0988472](#));

ii. **SAMAX EMPREENDIMENTOS LTDA** - CNPJ n. 44.199.660/0001-19, cotante dos menores preços para os seguintes itens: 07; 17; 19 ([0988475](#));

d) **HOMOLOGO A DISPENSA ELETRÔNICA TRE-RO n. 5/2023**, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021;

e) **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 19.503,50 (dezenove mil quinhentos e três reais e cinquenta centavos) em favor da empresa ESSENCIAL - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ n. 21.330.796/0001-10; e no valor de R\$ 1.850,60 (um mil oitocentos e cinquenta reais e sessenta centavos) para a empresa SAMAX EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ n. 44.199.660/0001-19;

f) **DETERMINO** a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa Eletrônica no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/03/2023, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0991145** e o código CRC **C31FB3FD**.